

Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos

Sonia Maria Lazzarini Cyrino*

1 Introdução

Muitos trabalhos sobre o português brasileiro (PB) a partir da década de 80 abordam a questão da queda dos clíticos, bem como a ocorrência dos objetos nulos. Em Cyrino (1993), por exemplo, observo que pode haver uma relação entre os dois fenômenos: além da mudança na colocação de clíticos, estudos apontam uma queda em sua ocorrência e um aumento dos objetos nulos (Tarallo, 1983, Cyrino 1992). Porém a relação que se faz – a ocorrência do objeto nulo é consequência da queda de clíticos – não é simples, pois nem todos os clíticos caíram. Além de o português brasileiro (PB) ainda apresentar os acusativos de 1ª e 2ª pessoas (Cyrino, 1993), alguns “reflexivos” (Nunes, 1990; Fernandes, 2000) podem ser observados na língua, e o *lhe*, tradicionalmente classificado como clítico de 3ª pessoa, também subsiste, embora muitas vezes usado como 2ª pessoa (Brito, 2001; Araújo Ramos, 1999).

Este trabalho aborda a pergunta: a queda dos clíticos ocasiona o aparecimento do objeto nulo? Pretendo mostrar que os diversos estudos realizados até o momento indicam que a queda de clíticos no PB é um fato independente da ocorrência de objetos nulos. Ambos os fenômenos seriam consequências de um princípio mais geral, uma espécie de princípio “Evite Pronome”, que estaria agindo na posição de objeto, ao contrário do que ocorre na posição de sujeito (cf. Duarte, 2000; Cyrino, Duarte e Kato, 2000).

* UEL.

O trabalho está organizado da seguinte forma: primeiramente apresento os diversos estudos sobre queda de clíticos. Em seguida apresento as propostas para o objeto nulo e o princípio "Evite Pronome".

2 Os clíticos acusativos

A maioria dos estudos sobre clíticos em PB aponta para o fato de seu desaparecimento da língua oral. Porém, em Cyrino (1993:175) observo, como mostra a Tabela 1 abaixo (tabela 10 naquele trabalho), que os clíticos de 1ª e 2ª pessoas ainda ocorrem no PB, embora em uma proporção reduzida.

Observados os valores dos clíticos de 2ª pessoa, temos que da 1ª metade do século XVI ao ano de 1973, os números apresentam variação: primeiramente, houve uma considerável diminuição no uso desse clítico, mas a partir de 1940, exceto pelos dados de 1960, volta a aumentar o uso do clítico de 2ª pessoa, chegando em 1973 a 24%, não muito distante do valor apresentado na primeira metade do século XVI. Devemos registrar, no entanto, que esse clítico, ainda que mantendo-se como de 2ª pessoa, não corresponde mais à forma de tratamento *tu*, mas à forma *você*.

Tabela 1.
Porcentagens dos clíticos e dos pronomes tônicos através dos tempos (em Cyrino, 1993)

Período	clítico 1ªp	clítico 2ªp	clítico 3ªp	clítico -o proposicional	tônico 1ªp	tônico 2ªp	tônico 3ªp
1ª XVI	29.0	29.4	34.8	6.8	-	-	-
2ª XVI	30.6	12.6	43.3	13.5	-	-	-
XVII	20.3	16.4	52.3	11.0	-	-	-
1ª XVIII	36.5	19.3	27.8	6.4	-	-	-
2ª XVIII	40.1	15.8	27.0	7.1	-	-	-
1838-44	32.5	10.7	51.2	5.1	-	-	0.5
1857	23.3	11.4	57.9	2.8	0.6	-	4.0
1891	15.9	12.1	48.1	2.8	-	-	11.1
1940	49.1	22.4	26.7	-	0.9	-	0.9
1960	51.1	-	16.3	-	2.2	11.9	18.5
1973	28.0	24.0	4.0	-	-	-	44.0

Através de uma pesquisa diacrônica, Brito (1999) busca verificar a situação do sistema pronominal de 2ª pessoa. Os dados analisados foram extraídos de textos do português brasileiro para peças de teatro escritos nos séculos XIX e XX, entre 1833 e 1988. Foram coletados exemplos de pronomes de 2ª pessoa do singular em função de objeto até completar 100 dados para cada período, extraídos de páginas consecutivas.

A Tabela 2, extraída de Brito (1999) mostra o número de ocorrências¹ do clítico *te* e dos demais pronomes de 2ª pessoa em função de objeto, nos dados coletados.

Tabela 2.
Pronomes de 2ª pessoa em função de objeto

Período	te	ti	lhe	o/a	você	convosco	V.As.	nulo	Sr.(a)	TOTAL
1º período	44	1	37	12	3	1	2	-	-	100
2º período	85	12	2	1	-	-	-	-	-	100
3º período	57	2	18	8	11	-	-	2	2	100
4º período	58	1	1	1	24	-	-	9	6	100

Fonte: peças teatrais de Martins Pena (1º período), Graça Aranha (2º período), Oswald de Andrade (3º período) e Gianfrancesco Guarnieri (4º período).

Observa-se que a variedade de uso desses pronomes ocorre em todos os períodos. Nos dados do 2º período, a variedade de uso dos pronomes de 2ª pessoa em função de objeto se reduz, pois o autor mantém o uso canônico do sistema pronominal de 2ª pessoa. No 3º período, observa-se que ainda predomina o uso de *te* em oposição aos demais pronomes. Aumenta, por outro lado, o número de ocorrências do pronome lexical *você*. Quanto aos dados do 4º período (1988), embora haja ocorrência das várias formas de pronome de 2ª pessoa em função de objeto, observa-se, pelo número de ocorrências, a polarização de uso entre o clítico *te* e o pronome lexical *você*.

De uma forma geral podemos dizer, portanto, que os clíticos de 2ª pessoas ainda existem no PB. Da mesma forma, os clíticos de 1ª pessoa, segundo a Tabela 1, também subsistem.

¹ Podemos considerar como porcentagem, já que o número de dados para cada período é 100 (cem).

3 O clítico *lhe*

A forma do dativo para a 3ª pessoa, o *lhe*, ainda existente no PB, segundo Araújo Ramos (1999:10), "migrou da terceira para a segunda pessoa e alargou seu domínio, passando seu uso a ser tanto dativo quanto acusativo em algumas localidades como Salvador, Maceió, Recife e João Pessoa". Nesse estudo, a autora apresenta o *lhe* como parte da 3ª pessoa singular, embora não apresente resultados de estudos quantitativos sobre esse uso.

Já Monteiro (1994) apresenta o seguinte quadro, tirado das amostras do NURC:

Tabela 3.
Distribuição dos pronomes clíticos na amostra do NURC,
em Monteiro (1994) (quadro VIII).

Pronome	N	%
me	519	60
te	12	1
se	126	15
(l)lo	42	9
nos	86	10
lhe(s)	47	5
TOTAL	863	100

A tabela acima mostra a baixa frequência de *lhe*, que, segundo o autor, está ocorrendo em alternância com o pronome de 2ª pessoa, isto é, está sendo usado para o acusativo, como mencionado acima.

Da mesma forma, o uso do *lhe* parece restrito ao "dativo ético", como apontado por Monteiro (1994) e exemplificado abaixo:²

² O autor aponta também para a possibilidade de o *lhe* nesses exemplos ter um valor possessivo. O autor acrescenta: "Explica Pradelino Rosa (s/d: 49): em *morreu-lhe o irmão* a função do *lhe* é de objeto indireto, porque a estrutura é adverbial e não adnominal. Há ainda quem, como Cunha & Cintra (1985:295), entenda que o clítico nesse caso não desempenha função alguma, já que não passa de um recurso expressivo de que se serve o falante para mostrar que está vivamente interessado no assunto." No entanto, ainda considera que, em alguns casos como em (i) abaixo, o *lhe* deve ser analisado como complemento verbal, além de possessivo:

(i) o príncipe oferece-lhe a cama, ele vem e oferece-lhe a cama (289.POA.EF.M.III).
E ainda acrescenta: "Este é um assunto que, embora rico em sutilezas, ainda não foi explorado suficientemente. Segundo o depoimento de Figueiredo Silva (1988: 78), que tentou analisar o dativo ético no galego, nem sequer as mais modernas teorias lingüísticas, como a da Regência e Ligação, apresentam nesse particular soluções adequadas e convincentes."

- (1) os físicos vão e vêm e não *lhe* resolvem o problema (289.POA.EF.M.III.)
- (2) a tração na roda dianteira *lhe* dá mais segurança, mais estabilidade, mas em compensação *lhe* gasta mais pneu... (277.SSA.DID.M.I.)
- (3) ele pode atuar sobre a comunicação, sem modificar-*lhe* o sentido (278.POA.EF.F.II.).

Creio que podemos dizer que o *lhe* ainda existe no PB, muito embora seu uso tenha mudado, quase não ocorrendo como dativo de 3ª pessoa. Brito (2001) desenvolve algumas hipóteses para explicar por que esse clítico de 3ª pessoa ainda subsiste na forma em que ocorre no PB atual.

4 O objeto nulo

Em Cyrino (1994, 1997) apresento uma hipótese de análise para o objeto nulo no português brasileiro segundo a qual estes nulos envolveriam elipse em Forma Fonética (FF) e reconstrução em Forma Lógica (FL). De acordo com Fiengo & May (1994), a natureza da reconstrução seria a mesma em todas as línguas porque haveria uma condição sintática universal definindo quais ocorrências são "iguais" em um *phrase marker*. A elipse poderia ocorrer ou não nas estruturas de reconstrução.

No caso do objeto nulo, segundo minha proposta, teríamos a inaudibilidade de uma estrutura presente em FL. Como procuro mostrar em Cyrino (1994, 1997), a proposta de reconstrução parece dar conta dos casos de objeto nulo no PB, como em (4) abaixo:

- (4) - Está faltando um copo dos novos...
- Se está faltando, é porque você quebrou ____
(Marques Rebelo, Rua Alegre 12,1940)

Aqui temos a elipse (da estrutura de reconstrução) de um antecedente [-específico, -animado], o que é característico do objeto nulo no PB.

Já Kato (1993) propõe que o objeto nulo seja um *pro* identificado e licenciado por um clítico nulo (como sendo 3ª pessoa). Segundo a autora, o antecedente do clítico nulo deve estar sempre em uma posição de anti-c-comando em relação ao clítico nulo, sendo isso o que distingue o PB do PE. O PE não possui esse clítico nulo e é por isso que não apresenta objetos nulos em ilhas, nem tampouco em estruturas do tipo abaixo, perfeitas em PB, onde o antecedente está em uma posição em que não c-comanda o nulo:

- a) estruturas com deslocamento à esquerda, podendo o antecedente ser regido por um núcleo nulo (cf. (6), paralela a (5), mas com um núcleo nulo, representado por "0"):

(5) Com relação ao jornal, Maria perdeu ___ no ônibus

(6) (0 (o jornal)), Maria perdeu ___ no ônibus.

- b) Nas estruturas que se assemelham a estruturas com lacunas parasíticas, onde não há uma primeira lacuna que licencie a parasítica:

(7) João arquivou o artigo sem ler ___

- c) nas estruturas de coordenadas:

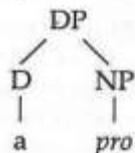
(8) João comprou o jornal e Maria leu ___

- d) o antecedente pode ser um tópico discursivo recuperado de uma sentença anterior:

(9) A: Onde está o jornal?

B: Maria perdeu ___

Raposo (1999), seguindo uma proposta feita por Uriagereka (1992), afirma que os clíticos acusativos de 3ª pessoa seriam "determinantes puros", isto é, núcleos de DP. Assim, esses clíticos teriam a seguinte estrutura:



Se aceitamos essa proposta, juntamente com a de Kato (1993) para o objeto nulo, a estrutura de uma sentença como (8) acima seria como abaixo:

- (10) João descascou a banana e Maria comeu [a *pro*]

em que *a* seria um "clítico nulo" em PB. Pode-se também argumentar que há uma estrutura de reconstrução, ou seja, uma possibilidade que as línguas podem ter para não repetir o que já foi dito (a rasura em (11) representa elipse/reconstrução sob identidade):³

- (11) João descascou [a banana] e Maria comeu [*a-banana*]

³ De fato, em Cyrino (1994, 1997) proponho que o fenômeno responsável pelo objeto nulo do PB é a reconstrução, que poderia conter estruturas com um clítico nulo.

Pode-se adicionar que os clíticos acusativos que estão desaparecendo no PB são os clíticos de 3ª pessoa, e o objeto nulo sempre ocorre em substituição a esses clíticos. Dessa forma, as sentenças abaixo não são possíveis em PB:

(12) *Se você_i quiser, eu encontro ____i na padaria.

(13) *Eu_i telefonei para a Maria e ela encontrou ____i no cinema.

Esta impossibilidade pode ser explicada, entretanto, pela proposta de Cyrino, Duarte e Kato (2000) (ver abaixo), segundo a qual o objeto nulo somente pode ocorrer quando tem um antecedente em uma posição baixa na hierarquia de referencialidade.

5 O clítico *se*

Recentemente, alguns trabalhos têm surgido sobre o "famigerado SE", a começar por Nunes (1990), que aborda as construções com *se* apassivador e indeterminador dos pontos de vista sincrônico e diacrônico. Segundo Nunes, o *se* apassivador teria papel temático, enquanto o *se* indeterminador, não. Em ambos os casos é a posição de sujeito que está envolvida: no primeiro a posição de sujeito é detematizada e o papel temático externo é absorvido pelo *se*, e no segundo, as construções com o *se* passam a ser analisadas como tendo o expletivo da posição de sujeito como um pronome nulo referencial (ver também Cavalcante, 1999).

Já Nunes (1995) trata da perda de clíticos *se*, clíticos anafóricos no PB, do tipo:

- (14) Ela (*se*) chama Maria.

Nesse trabalho, Nunes faz uma distinção mais refinada desse tipo de *se*, a qual foi utilizada por Fernandes (2000) em seu trabalho diacrônico sobre a realização desse clítico anafórico.

Fernandes toma como corpus a seção "Notícias Diversas" de jornais *O Estado de São Paulo* das décadas de 1890-1900, e da seção "Ronda pela cidade" e "Social" do jornal *Folha de Londrina*, para a década de 1960, além de outras seções para as décadas de 1970 a 1990. A autora observa que esse jornal não mantém um corretor único para as suas matérias, e, especialmente para a década de 60, o autor da seção estudada era um cidadão comum, sem formação jornalística, mas que tinha um bom relacionamento com as pessoas da sociedade e que, por isso, fora convidado a escrever as matérias. Para as décadas de 1970-1990, o colunista é um indivíduo formado em Direito e jornalista por prática, com maior cuidado com a linguagem.

Neste corpus, a autora constata uma queda no uso de certos clíticos *se*, como podemos ver na Tabela 4:⁴

Tabela 4.

Supressão de *se* por tipos (adaptado de Fernandes 2000, tabela II)

Época	Tipos de <i>se</i> ⁵									
	Reflexivo		Inerente		Ergativo		Ex-ergativo		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
séc. XIX	0	0	0	0	3	6	3	8	6	3
séc. XX	0	0	3	11	11	26	54	48	68	34

Abaixo seguem exemplos de Fernandes (2000):

- (15) a. *se* reflexivo:
Minutos antes de expirar declarou ter sido elle proprio quem *se* ferira.
("O Estado de S. Paulo", 1890)
- b. *se* inerente:
Queixam-*se* de que estão depositando terra, aos montes, em terreno da rua Prof. João Cândido, atrás do cemitério...
("Folha de Londrina", 1960)
- c. *se* ergativo:
... e um feixe de molas do outro veículo quebrou-*se*.
("Folha de Londrina", 1960)
- d. *se* ex-ergativo:
Dirceu e Aparecida casaram-*se* sábado, na Igreja Imaculada Conceição.
("Folha de Londrina", 1970)

⁴ Tendo em vista as observações do parágrafo anterior, uso somente os resultados para as décadas de 1890-1900 e de 1960 de Fernandes (2000), que foram considerados pela autora como melhores representativos da linguagem informal.

⁵ Fernandes toma a classificação de Nunes (1995), que define os diversos tipos de *se* do seguinte modo:

- a) *se* reflexivo (recíproco ou não) – realiza o papel temático do argumento interno;
b) *se* inerente – é o *se* do verbo classificado pela gramática tradicional como *essencialmente pronominal*;
c) *se* ergativo – detemiza a posição de sujeito de verbos transitivos: magoar-*se*, machucar-*se*, quebrar-*se*;
d) *se* ex-ergativo – há uma agentivização das construções com *se* ergativo: "o clítico *se*, marcador da eliminação do argumento externo, foi reinterpretado como marcador da fusão entre o argumento externo (o agente) e um argumento interno" (Nunes, 1995:XX). Ex.: casar-*se*, separar-*se*, esforçar-*se*, valer-*se*.

Podemos, à primeira vista, notar a diferença entre o clítico "reflexivo" e os outros tipos de clítico *se*, diferença que Rocha (1999) procura identificar em sua classificação destes clíticos, em "verdadeiros reflexivos" e "falsos reflexivos".⁶ A seguir, seguem os exemplos de Rocha:

- a. verdadeiros reflexivos:
Como *se* penteava naquela época (E 32)
- b. falsos reflexivos:
... aqueles que não *se* preocupam em aparecer. (JP)

A autora utiliza dados da língua oral e chega ao seguinte quadro:

Tabela 5.

Distribuição da variante zero do reflexivo *se* conforme o tipo verdadeiro/ falso reflexivo, em Ouro Preto (Tabela 11 de Rocha 1999).

Tipo de reflexivo	nr. de apagamentos	Total de ocorrências	%	Prob.
Verdadeiro reflexivo	38	121	31	.33
Falso reflexivo	366	196	46	.53
Total	404	917	44	-

Rocha não usa a classificação de Nunes (1990). Para chegar à sua, propõe alguns testes, entre eles o do significado da sentença. Para ela, "a ação é feita por e para o próprio sujeito da oração" (Rocha, 1999: 65). Em outras palavras, o *se* verdadeiramente reflexivo parece ser aquele que está em uma construção cujo sujeito é agente.

⁶ A autora desenvolve um teste para chegar aos seguintes critérios para classificação dos "verdadeiros reflexivos" (Rocha 1999:56):

- a) NP [+agente];
b) *se* [+θ, +C];
c) *[V *se*, NP]: a inversão de verbo/sujeito não é aceita;
d) a sentença aceita o acréscimo de *a si mesmo*;
e) a sentença aceita o uso de *intencionalmente*.

Para os "falsos reflexivos", os critérios são os seguintes (Rocha 1999: 56-7):

- a) NP Sujeito não é agente;
b) *se* [-θ, +C];
c) [V *se*, NP]: a inversão é aceita;
d) a sentença pode ou não aceitar o acréscimo de *a si mesmo*;
e) a sentença pode ou não ser usada com *intencionalmente*.

Pois esse *se* é mais difícil de cair. Nunes (1995) mostra que temos praticamente a mesma supressão do clítico *se* reflexivo desde o século XVI (21%) até o século XX (16%) nos dados escritos. Quando, porém, observamos seus resultados para dados de entrevistas, vemos que já se pode falar de um aumento de supressão, 36%:

Tabela 6.
Supressão de clíticos anafóricos por tipo de clítico
(adaptado de Nunes 1995)

Período de tempo	Tipo de <i>se</i>													
	Reflexivo		Ergativo		Inerente		Ex-ergativo		Enfático		Quase-inerente		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
séc. XVI	5	21	3	12	0	0	0	0	0	0	-	-	8	15
séc. XVII	33	38	8	20	-	-	-	-	1	50	-	-	42	32
séc. XVIII	94	30	20	5	0	0	4	29	1	5	0	0	119	14
séc. XIX	41	28	31	14	0	0	2	40	0	0	0	0	74	19
séc. XX	32	16	133	38	0	0	7	54	2	15	-	-	174	30
entrevistas	49	36	118	53	1	14	74	73	1	50	0	0	243	52
Total	254	28	313	25	1	2	87	64	5	12	0	0	660	27

Por outro lado, o trabalho de Rocha mostra que a hipótese de Lemle (1985) de que o processo de mudança atingindo o *se* deveria seguir três estágios, nomeadamente, *se* > *ele* > Ø não se confirma. Seus dados mostram que o pronome *ele* pleno não substitui o *se* reflexivo, pois nenhum dado no qual o pronome *ele* se apresentasse com características de reflexivo foi encontrado. Em outras palavras, *ele* em posição de objeto direto em PB é sempre pronome, nunca anáfora.

6 Queda de clíticos vs. objeto nulo

Como vimos, há uma generalizada, porém especializada queda de clíticos no PB. Esses clíticos são acusativos e de 3ª pessoa. O mesmo não é possível de se dizer dos clíticos acusativos referentes às outras pessoas.

Além disso, vimos também estudos sobre a queda do clítico *se*. O *se*, ou seu equivalente em outras pessoas (*me*, *te*), ocorre no PB

atual menos freqüentemente quando é não-reflexivo, isto é, no caso dos chamados *se* ergativo, *se* ex-ergativo e *se* inerente – todos estes tendo em comum a falta de papel temático atribuído pelo verbo.

Ambos os processos de queda de clíticos podem ser vistos como fenômenos associados. Cyrino, Duarte e Kato (2000) mostram que a referencialidade tem uma alta relevância na pronominalização em diversas línguas. As autoras propõem uma "hierarquia de referencialidade" como em:

HIERARQUIA DE REFERENCIALIDADE:

não-argumentos.....proposições.....[-humano].....[+humano]
.....3ª p.....2ª p, 1ª p...
[-específico].....[+específico]
[-referencial] ←-----→ [+referencial]

Argumentos [+N, +humanos] estão na posição mais alta na hierarquia, e não-argumentos, na posição mais baixa. Com relação a pronome, o falante (=eu) e o ouvinte (=você), sendo inerentemente humanos, estão mais alto, e a terceira pessoa que se refere a uma proposição está na posição mais baixa, com a entidade [-humano] no meio. Os traços [+específico] interagem com todos esses traços. Assim, para uma língua que tem a opção entre variantes plenas ou nulas, um dos fatores que influencia a escolha é o estatuto referencial do antecedente⁷.

Dessa forma, se considerarmos que o *se* [-temático], mesmo tendo traços de pessoa, está numa posição baixa na hierarquia de referencialidade, podemos entender que seja o primeiro a cair, pois é menos referencial que o *se* [+temático], este sendo inclusive [+anáfora].

No entanto, resta saber se o *se* [-temático] nulo seria um clítico nulo à maneira do objeto nulo do PB. Nesse caso, teria a estrutura de um determinante? É improvável que seja assim. É mais provável que o que ocorre nesses casos é uma mudança na estrutura argumental dos verbos:

- a) No caso do *se* ex-ergativo: em PB, por exemplo, o verbo *casar* pode ter dois argumentos, como em:

⁷ De fato, em Cyrino (1997) proponho que elementos, como certos pronomes, por serem de uma referencialidade muito baixa poderiam ser resultado de reconstrução em FL, e poderiam ser nulos fonologicamente. Isto é, seriam pronunciados apenas em PF, como, por exemplo, o pronome clítico neutro "o" em português.

(16) João casou sua filha.

Se o uso de *se* em (17) abaixo mostra que há uma agentivização do sujeito (compare com a construção acima), e o *se* está aí para marcar isso, então é possível que não tenha função de "argumento interno":

(17) João casou-se.

Assim, o *se* em (17) é [-temático] e pode cair:

(18) João casou.

- b) O *se* ergativo também pode cair por marcar a detematização do sujeito de verbos transitivos. Por exemplo, o verbo *machucar* pode ter dois argumentos, o argumento externo sendo agente:

(19) Eu machuquei minha amiga

Se o verbo tem o *se*, ou seja, *machucar-se*, o argumento externo pode não ser mais agente, e neste caso o *se* não é um argumento interno:

(20) Ela *se* machucou ao subir a escada.

Dessa forma, pode ser abandonado por ter baixa referencialidade (cf. hierarquia de referencialidade acima).

(21) Ela machucou ao subir a escada.

- c) O mesmo pode acontecer com o *se* inerente, que não parece ser um argumento interno de verbos como *arrepender-se*, *suicidar-se*, *beneficiar-se*, mas somente um elemento lexical:

(22) João *se* arrependeu do preço que cobrou.

(vs. *João arrependeu Maria/a si mesmo do preço que cobrou)

Sendo vocabulário, o *se* pode não existir nessas construções:

(23) João arrependeu do preço que cobrou.

Em PE, por exemplo, o verbo *beneficiar-se* não ocorre com o *se*:

(24) Se já tem uma versão antiga do Office, beneficie dos preços especiais para actualização.

(Visão, n. 342, 30.09.99, p. 25)

7 O princípio "Evite Pronome"

Duarte (1995) afirma que o crescente preenchimento da posição de sujeito no PB é consequência da perda do princípio "Evite Pronome". Esse princípio, conforme aponta a autora, foi explicitado em Chomsky (1982:65):

"[The principle] might be regarded as a subcase of the conversational principle of not saying more than is required, or might be related to a principle of deletion up-to-recoverability, but there is some reason to believe that it functions as a principle of grammar."

A autora ainda retoma as afirmações de Rizzi (1986:15) sobre esse princípio da gramática:

"Roughly speaking, the use of pronounced material is legitimate only when necessary to convey the intended meaning, within the constraints of UG and of the particular grammar. This implies that, given the existence of a zero pronominal option, in languages like Italian, the overt form will be limited to the cases in which it is necessary, i. e., when the pronominal subject, being focal or contrastive, must bear stress (evidently, the zero element cannot bear stress)."

Duarte acrescenta que o termo *opção* indica que o uso do pronome sujeito somente ocorrerá quando houver necessidade, em termos de interpretação.

É interessante notar aqui a semelhança que existe no caso do princípio "Evite Pronome", relacionado com o parâmetro pro-drop para sujeito, e o caso do objeto nulo no PB. Em Cyrino (1997), proponho que a perda do clítico neutro no PB e o aumento das ocorrências de objeto nulo ocorreu devido a uma *opção* entre usar ou não usar o clítico sem comprometer a interpretação, como no exemplo abaixo do século XVIII:

(25) a. Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê __ sabe...

(Antonio José, *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, 1737)

b. – Que é isto sobrinho?

– Eu *o* não sei, em minha consciência.

(Antonio José, *Guerras do Alecrim e da Manjerona*, 1737)

Minha sugestão é que a estrutura é a mesma, ou seja, há uma estrutura de reconstrução em (25a) idêntica a (25b), mas há inaudibilidade – não há realização fonológica, como representado abaixo (25')⁴:

⁴ A estrutura retomada por *pro* não está indicada pois demandaria outra discussão sobre sua recuperação, mas refiro leitor a Cyrino (1997).

- (25') a. Foi que D. Tibúrcio, com a pena de se ver cometido de três mulheres, como vossa mercê [~~o pro~~] sabe...
b. – Que é isto sobrinho?
– Eu [o *pro*] não sei, em minha consciência.

Poderíamos dizer que temos aqui um efeito do princípio "Evite Pronome" como explicitado pelas citações acima.

No caso do sujeito, o pronome pode ser "evitado" porque há, nas línguas *pro-drop*, outro meio de recuperar a sua referência, ou seja, através da "morfologia verbal rica". No caso do objeto, os clíticos de 3ª pessoa podem ser "evitados" no PB por estar em uma posição baixa na hierarquia de referencialidade. O *se* [-temático] não ocorre pelo mesmo motivo. Uma questão fica, ainda: esse *se* seria também uma "opção"? Mais estudos são necessários para entender melhor como esses clíticos ocorrem; porém, vimos que alguns *se* que ocorreriam no PB (cf. *beneficiar-se*) não ocorrem no PE.

E o que dizer sobre estruturas como a *elipse* em (25a) acima? Recorde que Chomsky propõe que o princípio "Evite Pronome" pode estar relacionado a um princípio de recuperabilidade.

Ora, um princípio de recuperabilidade normalmente é mencionado nas propostas para *elipse*. Fiengo & May (1994), ao propor a teoria da reconstrução, afirmam que a *elipse*, além de exigir a condição de que a reconstrução seja aplicada, demanda também uma condição de recuperabilidade, ou seja, a reconstrução é uma condição necessária, mas não suficiente para a *elipse*. Assim, para que a *elipse* seja possível, além da reconstrução formal do material elidido, é preciso recuperar o conteúdo desse material, ou seja, identificar seu conteúdo através de seu antecedente.

Além disso, algumas propostas para a *elipse* citam também a necessidade de um licenciador (cf. Lobeck 1987, Chao 1987, Zagona 1982 e Matos 1992). Em Cyrino (1999) proponho que em todos os casos de reconstrução e *elipse* em FF deve haver um a categoria funcional que *c-comanda* a estrutura em questão, para licenciá-la. Esta seria a condição de recuperabilidade tanto do objeto nulo quanto para a *elipse* de VP em PB. E a categoria funcional relevante seria diferente no PE (cf. Cyrino & Matos, em andamento).

Voltando à possibilidade da atuação do princípio "Evite Pronome" em PB, tendo em vista o exposto acima, gostaria de reformulá-lo como sendo um princípio "Evite Redundância", ou "Não pronuncie nada a não ser que seja estritamente necessário". As línguas teriam maneiras diferentes de concretizar este princípio. Assim, podemos entreter a hipótese de que esse princípio ainda

atua no PB, mas agora não mais para a posição de sujeito, pois, como aponta Duarte (1995), não há mais como identificar esse elemento devido ao empobrecimento da morfologia verbal em PB. O princípio continuaria, entretanto, atuando ainda em outras posições no PB.

De fato, nos fenômenos descritos nas seções 1 a 5 este trabalho para a posição de complemento verbal e na ausência de *se* [-temático], teríamos uma consequência geral da ação do princípio "Não pronuncie se não for necessário" no PB.

8 Conclusão

A questão colocada no início deste trabalho, ou seja, se a queda dos clíticos ocasiona o aparecimento do objeto nulo, foi respondida através do estudo dos dois fenômenos no PB. Como vimos, embora as duas mudanças possam estar relacionadas, a queda dos clíticos é um fenômeno independente, pois nem todos os clíticos caíram.

Propus que no PB teríamos um princípio "Evite Pronome" generalizado para a posição de argumento interno do verbo, ao contrário do que está ocorrendo para a posição de sujeito, conforme Duarte (1995). O princípio seria aplicado a elementos mais baixos na Hierarquia de Referencialidade, quando a lacuna pode ser recuperada formalmente; isto aconteceria, especificamente, no caso da posição de objeto [-temático], ou com antecedentes [-animados].

Em resumo, temos:

- nem todos os clíticos caíram no PB;
- os clíticos que caíram são os que têm baixa referencialidade: 3ª pessoa e *se* [-temático];
- o fenômeno da queda de clítico não é necessariamente o fenômeno do "objeto nulo";
- o objeto nulo é consequência do princípio "Evite Pronome";
- no PB, o objeto nulo é consequência da possibilidade de *V mover-se* para uma categoria funcional relacionada a INFL, mas que é diferente da ocupada por V em PE (cf. Cyrino & Matos, em andamento).

Referências

- ARAÚJO Ramos, Conceição Maria (1992) *O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo do português brasileiro/espanhol peninsular*. Tese de doutorado, UFAL, Maceió.
- BRITO, Onilda Regina Marchioni (1999) *O uso dos pronomes de 2ª pessoa em função de objeto no Português Brasileiro*. Ms., UEL, Londrina.
- . (2001) *Faça o mundo te ouvir: a uniformidade de tratamento na história do português brasileiro*. Dissertação de mestrado, UEL, Londrina.
- CAVALCANTE, Sílvia Regina (1999) *A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca dos séculos XIX e XX*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- CHAO, Wynn (1987) *On ellipsis*. Tese de doutorado, University of Massachusetts; reproduzida por Graduate Linguistics Student Association, University of Massachusetts, Amherst, MA, EUA.
- CHOMSKY, Noam (1982) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (1992) *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo diacrônico*. Ms., UNICAMP, Campinas.
- . (1993) Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. Em Ian Roberts & Mary Kato, eds., *Português brasileiro – uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora de UNICAMP.
- . (1994) *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- . (1997) *O objeto nulo no português do Brasil – um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL.
- ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia & KATO, Mary Aizawa (2000) *Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese*. Em Mary A. Kato & Esmeralda Negrão, eds.
- . & MATOS, Gabriela (em andamento) *Syntactic microvariation in VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese*. A ser apresentado no GLOW 25, Amsterdam, 9-11 de abril de 2002.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1995) *A perda do princípio "Evite Pronome" no português brasileiro*. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas.
- . (2000) *The loss of the 'Avoid Pronoun' principle in Brazilian Portuguese*. Ms., UFRJ, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Lucila M. Paccola (2000) *De volta ao famigerado se*. Dissertação de mestrado, UEL Londrina.
- FIENGO, Robert & MAY, Robert (1994) *Indices and Identity*. Cambridge, EUA: MIT Press.
- KATO, Mary Aizawa (1993) *The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese*. Em William Ashby & Eduardo Raposo, eds., *Perspectives on the Romance Languages*. Amsterdam: John Benjamins.
- . & NEGRÃO, Esmeralda, eds. (2001) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt am Main: Vervuert-Iberoamericana.
- LOBECK, Anne (1987) *Syntactic constraints on ellipsis*. Tese de doutorado, University of Washington; reproduzida por Indiana University Club, Bloomington, Indiana, EUA.
- MONTEIRO, José Lemos (1994) *Pronomes Pessoais: Subsídios para uma Gramática do Português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.
- NUNES, Jairo (1990) *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se passivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas.
- . (1995) Ainda o famigerado se. *DELTA* 2, 201-240.
- RAPOSO, Eduardo (1999) Some observations on the pronominal system of Portuguese. *Catalan Working Papers in Linguistics* 6, 59-93.
- RIZZI, Luigi (1986) Null objects and the theory of *pro*. *Linguistic Inquiry* 17, 501-558.
- ROCHA, Ângela de Fátima (1999) *Clíticos reflexivos: uma variante sociolinguística na cidade de Ouro Preto*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte.
- TARALLO, Fernando (1983) *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado, University of Pennsylvania, EUA.
- URIAGEREKA, Juan (1992) *Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance*. Ms., University of Maryland.
- ZAGONA, Karen (1988) *Verb phrase syntax: a parametric study of English and Spanish*. Dordrecht: Kluwer.